

O CASO DE CONCORDÂNCIA NA “GRAMMATICA HISTORICA DA LINGUA PORTUGUEZA”, DE M. SAID ALI¹

Ciro Carlos Antunes

Mestrando do Programa de Estudos Pós-Graduados em Língua Portuguesa/PUC-SP

RESUMO

O presente artigo focaliza a análise dos casos de concordância geral e específicas na “Grammatica Historica da Lingua Portuguesa de Said Ali”. Temos como objetivo levantar que elementos devem concordar com o sujeito e verificar em que momento o atributo concorda em gênero e número com o substantivo. Apresentamos o estudo dos casos de concordância para ensino nas aulas de Língua Portuguesa sob o enfoque da Historiografia Linguística. Essa, por sua ocasião, consta de estudo nos casos de concordâncias da primeira metade do século XX. Nessa perspectiva, trabalhamos com Gramática Histórica, observando a regra geral e particulares de concordância, a fim de relacioná-las com as discussões permeadas em nossa sociedade hodierna.

Palavras-chave: Historiografia Linguística. Casos gerais e particulares de concordância. Partes do discurso. Sujeito. Predicado.

CONSIDERAÇÕES INICIAIS

O tema deste trabalho é a concordância tal como proposta na “Grammatica Historica da Lingua Portuguesa”, de Said Ali, focalizada na perspectiva da Historiografia Linguística. Justifica-se a escolha desse tema pelo fato de esse aspecto linguístico gerar dúvidas e incertezas na hora da produção do texto escrito e conhecer-se como ele foi tratado por estudiosos da língua no passado, oferece-nos subsídios para entender essa questão no momento atual.

Além disso, é importante essa escolha porque casos de concordância dão a certas palavras flexionais as formas de gênero, número ou pessoa que correspondem às partes do discurso “desde que de um vocabulo se offerecem varias formas á escolha, e o dito vocabulo

¹ **Manuel Said Ali Ida**, (Petrópolis, 21-10-1861 - Rio de Janeiro, 27-05-1953). Linguista, filólogo, gramático, sintaticista, poliglota, botânico, zoólogo e geógrafo brasileiro, nascido em Petrópolis/RJ. Primeiro a tratar cientificamente a sínclise pronominal ou mesóclise, ou seja, a colocação do pronome no meio das formas verbais. Filho de pai turco, Said Ali, e mãe alemã, Catarina Schiffler, iniciou estudos em Petrópolis e chegou ao Rio de Janeiro aos 14 anos. Trabalhando então na livraria Laemmert, tentou estudar medicina, mas se dedicou posteriormente à pesquisa linguística. Ocupou a cátedra de alemão na Escola Militar (1890) e no Ginásio Nacional, o Colégio Pedro II, até a deflagração da 1ª Guerra Mundial quando a disciplina foi abolida. Fonte: disponível em: <http://www.brasilecola.com/biografia/manuel-ida-said-ali.htm> Acesso: 21/06/2012 às 14h31.

vem determinar, esclarecer ou informar alguma coisa a respeito de outro, escolheremos naturalmente aquela forma que se harmonizar com est'outro termo". (SAID ALI, 1931, p. 62).

Essa verdade ocorre nos casos de concordância tratados pelo autor analisado e por Bechara (2009); no entanto, a dificuldade de se fazer concordância e de se fazerem escolhas começa quando a forma variável tem de ser aplicada a termos associados, mas de diferente gênero, número e pessoa. Nesse sentido, as seguintes perguntas orientaram nossa investigação: quais elementos devem concordar com o sujeito? Em que momento o atributo fica no plural e concorda em gênero e número com o(s) substantivo(s)?

Com base nessas questões, nosso objetivo geral é aprofundar o conhecimento sobre a Gramática de Sadi Ali. Como objetivos específicos, levantar elementos que apontem como ocorre a concordância com o sujeito e verificar em que momento o atributo concorda em gênero e número com o substantivo.

No contexto nacional, Said Ali (1931) foi selecionado por possibilitar um estudo linguístico diacrônico da história interna da língua, pois "sem desprezar a evolução do latim para o português, estudava particularmente as alterações do idioma nas diversas fases do português histórico, isto é, no largo período decorrido desde o tempo que se conhece o português como língua formada e usada em documentos". (SAID ALI, 1931, p. VI).

A obra escolhida foi produzida em duas edições, sendo a primeira em 1921, que tratou da Lexeologia e a segunda, em 1931, que compreendeu a Grammatica Historica. Ambas formam a segunda edição com dois prólogos, sendo essa obra anterior à instituição da Nomenclatura Gramatical Brasileira, em 1959. (CHEDIAK, 1960)

A primeira parte expõe o referencial teórico, Literatura e a História resumida da Língua Portuguesa; alterações fonéticas do latim vulgar; os sons em português e sua representação nas consoantes e vogais; os vocábulos: nomes em geral, adjetivos, numerais, pronomes, verbos, advérbios, preposições e conjunções. Na segunda parte, encontram-se a formação de palavras e a sintaxe.

A partir desse contexto, delimitamos nosso estudo somente aos casos de concepções de concordância. O compêndio gramatical segue o modelo greco-latino, com as adequações ocorridas ao longo dos tempos por interferências internas e externas. Por esse fato, lê-se na capa da gramática a seguinte inscrição: "2ª edição melhorada e aumentada de LEXEOLOGIA e FORMAÇÃO DE PALAVRAS E SYNTAXE DO PORTUGUEZ

HISTORICO”, que já apresenta uma preocupação do autor em relação às mudanças da Língua Portuguesa em um espaço/tempo de dez anos de 1921 a 1931.

Assim, o presente trabalho é uma análise dos casos de concordância geral e particular na “Grammatica Historica da Lingua Portugueza”, de M. Said Ali (1931), na perspectiva da Historiografia Linguística, tal como propõem por Bastos e Palma (2004). Por ter a pesquisa tem um cunho historiográfico, é preciso nos debruçar sobre o estudo científico da Historiografia Linguística, bem como sobre a descrição e explicação dos métodos científicos e suas rupturas de (des)continuidade.

O trabalho, então, divide-se em outras duas partes. Na primeira, caracterizamos a Historiografia Linguística e, na seguinte, analisamos a questão da concordância, aplicando os Princípios de Koerner (1989): a contextualização, a imanência e a adequação.

A HISTORIOGRAFIA LINGUÍSTICA

A História Linguística se apresenta como “o modo de escrever a história do saber linguístico, tendo como objetivo descrever/explicar como se desenvolveu tal saber em um determinado contexto”. Por um lado, tal concepção permite levar à consideração de seus mecanismos gestores que conduz a uma visão pancrônica da realidade. Por outro, a concepção de Historiografia Linguística associa-se à pertinência da dimensão social de uma época. (BASTOS e PALMA, 2004, p. 10)

Bastos e Palma (2004), seguindo as concepções de Historiografia Linguística que estão estreitamente vinculadas à concepção de Historiografia, afirmam que ela pode ser compreendida num sentido *lato* como forma de registro dos feitos históricos. Nessa perspectiva, a Historiografia teve seu nascimento na França, agregada à História, que é uma ciência, mas, sendo um conjunto de reflexões sobre os estudos históricos, a Historiografia não é ainda uma ciência, e sim, uma disciplina.

É importante refletir acerca do fazer historiográfico de acordo os Princípios de Koerner (1989) que, segundo Bastos e Palma (2006),

é o modo de escrever a história do saber linguístico, tendo como objetivo descrever/explicar como se desenvolveu tal saber em um determinado contexto. Analisando assim, tal conceito leva-nos não só à análise de um produto pronto em um espaço tempo, sim em mecanismo geradores,

direcionando-nos a um olhar panorâmico da realidade. (BASTOS e PALMA, 2006, p. 11)

Finalmente, uma obra em análise é explicada mais profundamente quando nela verificamos as etapas de conhecimento que a engenharam e que se constituem, conforme Bastos e Palma (2006), à medida que

(...) a busca das interferências, a indicação das adequações necessárias e os princípios científicos vinculados a determinados contextos espaço-temporais, traçando, então, o percurso do Português no período Histórico comparativo, relacionado o ensino de língua materna e gramáticas tradicionais (...), baseadas num discurso sobre o passado, sem que mencionemos a história dos fatos passados como mero registro da história, mas considerando-os como a dimensão externa a ser investigada e adotando uma postura de historiógrafos diante das gramáticas e do ensino de Língua Portuguesa. (BASTOS e PALMA, 2006, pp. 11-2)

Bastos e Palma (2006, p. 12) afirmam que a contextualização é o primeiro princípio que engloba as correntes filosóficas, políticas, econômicas, científicas e artísticas, que marcam um período histórico. Ele constitui o “clima de opinião” cultural da época em que determinado pensamento se desenvolveu, clima formado pelo endosso e pelo abandono de valores, a partir da revisão de paradigmas”.

A imanência refere-se ao esforço do historiógrafo de assimilar o texto linguístico produzido em determinado período histórico, focalizando as construções linguísticas tal como se apresentam para o analista. A imanência caracteriza-se pela qualidade do que pertence à essência dos elementos linguísticos, a uma dimensão interior, inerente à sua natureza. Além disso, Bastos e Palma (2006, p. 12) postulam que ao historiógrafo cabe “... respeitar não só o quadro geral da teoria em questão, como também as acepções terminológicas definidas internamente, e não em referência à doutrina linguística moderna, qualquer que seja a linha teórica que o embasa”.

O princípio da adequação liga-se aos dois anteriores. De acordo com Bastos e Palma (2006), ele

diz respeito ao momento de o historiógrafo, de forma implícita, aventurar-se a introduzir aproximações modernas do vocabulário técnico e a construir um quadro conceitual de trabalho que permita a apreciação dos textos analisados, seus conceitos e teorias, com a constatação das afinidades de significado que subjazem a ambas as definições. (BASTOS e PALMA, 2006, p. 12)

No caso do atual estudo, tomamos como base moderna a gramática de Bechara (2009). Em um segundo momento, é preciso seguir os “passos investigativos”, que abarcam, na visão de Bastos e Palma (2006, p. 12), quatro momentos: seleção, ordenação, reconstrução e interpretação. Dessa maneira, havendo a existência de vários documentos no período, seleciona-se um deles e, em nosso caso particular, foi a obra de Said Ali, pois interessava-nos conhecer suas ideias e orientações em relação à concordância.

Em seguida, procuramos reconstruir o conhecimento linguístico da época sob estudo, com base “na interpretação crítica do processo dessa produção contextualizada a partir do clima de opinião delineado”, intransponível a qualquer outro tempo posterior, mas analisado à luz do contexto social da época, fundamentado em documentos. (BASTOS e PALMA, 2006, p. 13)

O terceiro ponto que se coloca relevante sob o aspecto metodológico são as fontes, que podem ser primárias ou secundárias. As primeiras dizem respeito ao objeto de estudo, isto é, o documento, de onde extraímos os elementos a serem analisados. Em prosseguimento, utilizamos também as fontes secundárias: “aquelas que nos permitem verificar o que já fora estudado sobre os documentos que tínhamos em mãos”. (BASTOS e PALMA, 2006, p. 13)

O quarto ponto são as dimensões cognitiva e social. Aquela, “vista como ‘interna’, inclui-se nos recortes espaço-temporais determinados, buscando as linhas teóricas e/ou metodológicas que a orientam”. Enquanto a social é “externa”, inclui-se nos recortes espaço-temporais determinados e procura-se alcançar aspectos sociais com relação à gramática investigada. (BASTOS e PALMA, 2006, p. 13)

O último ponto são os critérios de análise por meio dos quais se detectam as categorias de análise, que imprimem cientificidade a um trabalho. Essas categorias não são dadas antecipadamente, mas emergem do próprio material analisado, que são: os prólogos, o conceito de gramática, o de concordância. É verdade que as etapas metodológicas aqui enumeradas podem fazer supor-se uma maneira de dispor certa ordem rígida ao estudo, o que não é verdadeiro, pois esses passos imbricam-se e são intercomplementares.

Instituídas as etapas, passamos à análise dos dados, tendo como ponto de partida o elemento linguístico e observando o princípio da imanência. Em seguida, aplicamos o princípio da adequação, ao aproximar os conceitos trabalhados pelo gramático à teoria mais atual, voltada ao estudo da linguagem em caso de concordância geral e particular em Sai Ali

(1931). Procuramos traçar em quadro do ensino da Língua Portuguesa, a partir da gramática e das políticas linguísticas em vigor na primeira metade do século XX.

Para Altman (2003, p. 38), “... o conhecimento que produzimos em ciência(s) da linguagem ocorre não só por rupturas e descontinuidades, mas também por acumulação e continuidades”. Assim, o documento analisado não pode ser destituído de seu contexto histórico e cultural, das concepções linguísticas, socioeconômicas e políticas em circulação à época de sua produção à luz de seu tempo. Mas, a inserção temporal do documento, bem como as condições em que foi elaborado, deve ser somada à perigrafia. Todos esses elementos servem de referência para o leitor relacionar essas a outras informações e atribuir sentidos ao documento.

Posteriormente, ele deve interpretar à luz de seu tempo os dados registrados nele. Processa-se, por esse princípio, uma atividade interpretativa, cujo objetivo é dar saliência aos fatos do passado, mediados pelas preocupações do presente, para torná-los, na atualidade, socialmente úteis e necessários ao homem por meio da historiografia.

A QUESTÃO DA CONCORDÂNCIA GERAL EM SAID ALI

O historiógrafo Said Ali (1861-1953), entre os filólogos da língua portuguesa da primeira metade do século XX, fez parte da segunda fase do Período Científico, que se inicia em 1881, com a publicação da gramática de Júlio Ribeiro, compêndio gramatical no qual “as explicações gramaticais são adequadas ao progresso dos estudos da linguagem e se desvencilham da tradição gramatical de cunho purista”. (HACKEROTT, 2008, p. 19)

A Gramática Histórica foi publicada anteriormente em duas partes: primeiro a *Lexecologia do portuguez histórico*, em 1921, que tratou de fonética e fonologia. Nela, foram analisadas as variações observadas nos textos da Língua Portuguesa desde os primeiros documentos datados do século XVI até a fase do português moderno no século XX. Sobre esse assunto, afirma o autor: “... Reservo a denominação de portuguez hodierno para as mudanças características do falar actual creadas ou fixadas recentemente, ou recebidas do seculo XIX, ou que por ventura remontam ao seculo XVIII”. (SAID ALI, 1931, p. IV). Em 1923, publicou a segunda parte: *Formação de palavras e syntaxe do portuguez historico* e, nesta edição, as duas obras passaram a formar a *Gramática Histórica da Língua Portuguesa* do mestre Manuel Said Ali, em 1931.

Para Said Ali (1931, pp. III-IV), a gramática é o conjunto das regras analisadas, observadas em uma ou mais línguas, relativos aos fonemas, às estruturas das palavras e à combinação dessas estruturas de classificação-sintaxe. Portanto, a gramática trabalha com operações associativas e combinatórias ao tratar da fonética, da lexeologia, da formação de palavras e da sintaxe. Nesse aspecto, Hackerott (2008, p. 19), postula que “a gramática é histórica quando expõem os fatos da língua atual”.

Ao analisar os prólogos (1931), verificamos que o Mestre Said Ali evita inovar em nomenclaturas desnecessárias, além de manusear com rigor e métodos os textos de épocas da língua portuguesa, bem como partia do primitivo para o moderno. Assim, Said Ali, observando os trabalhos do século XVI, sentia a linguagem

robustecida e enriquecida de expressões novas a linguagem usada nas chronicas desta época, que relatam os descobrimentos em Africa e Asia e os feitos das armas lusitanas no Oriente, culmina o apuro e gosto do portuguez moderno nos Lusiadas (1572). E' o seculo da Renascença literaria, e tudo quanto ao depois se escreve é a continuação da linguagem desse periodo. (SAID ALI, 1931, p. IV)

Também, aponta que o português histórico tem dois períodos principais: o português antigo (arcaico) e o português moderno.

Diante dessas duas vertentes concorrentes, a escolha por uma em particular se devia ser explicada por vários fatores e “serviram-se da linguagem viva de facto, como o demonstram os dialogos das comedias de então, que reproduzem o falar tradicional da gente do povo. Trariam ests dialogos os caracteristicos grammaticais do portuguez antigo, se fosse este ainda o idioma corrente”. (SAID ALI, 1931, p. V). E mais: “não dissocio do homem pensante e da sua psychologia as alterações por que passou a linguagem em tantos seculos. (SAID ALI, 1931, p. III)

Desse modo, Said Ali coloca o indivíduo no ato da comunicação oral ou escrita. E, segundo Hackerott (2008, p. 31), o autor “faz da língua uma atividade e não um produto, deslocando o foco de análise do fato linguístico para a atividade linguística, na qual o falante escolhe uma determinada forma em detrimento de outra”. Dessa forma, para Said Ali (1957), a língua é um sistema organizado em que os termos estão em relação que pode ser associativa ou combinatória: sujeito e predicativo; e a segunda em que se emprega em verbo sem destituído de sujeito.

Os casos de concordâncias analisados em Said Ali (1931, pp. 62-98) sobre seus aspectos flexionais de colocarem as palavras na frase, na oração ou no período constituem em si uma relação das partes ao todo de um discurso harmonioso que permite fazer escolha do vocábulo lexical para determinar, esclarecer, informar sobre o sujeito agente ou paciente, de escolhermos naturalmente aquela forma que se harmoniza com este outro termo.

A concordância, à primeira vista, é uma necessidade imperiosa ditada pela lógica. Mas, repetir num termo determinante ou informativo o gênero, número e pessoa já marcados no termo determinado ou de que se fala é, antes, uma redundância.

As línguas sintáticas caracterizam o verbo com o sujeito. Apesar disso, algumas línguas modernas perderam essa noção com o pronome sujeito, onde as demais pessoas de ações que relacionam o verbo com o nome são mera ficção. O mesmo não acontece com os números cardinais: um, dois, três etc. com sua falta de gênero.

As regras de concordância só se atêm ao número e ao gênero (ao dizer homem feliz, mulher feliz, homens felizes, mulheres felizes), mas isso não ocorre ao falar criança feliz, não se sabe qual o gênero atribuído pelo substantivo e “não sentimos o mínimo embaraço em aplicar o comparativo menos forma única, tanto a nome masculino como a plural”. (SAID ALI, 1931, p. 63)

Os elementos discursivos determinados estabelecem em português o gênero e o número nos substantivos, nos pronomes e nos atributivos, isto é, para Said Ali (1931, p. 64), “o verbo é variável em número e pessoa, se empregará com a determinação que se harmonizar com o respectivo sujeito”.

OS CASOS PARTICULARES DE CONCORDÂNCIA EM SAID ALI

Na tangente de concordância, as primeiras dificuldades surgem na forma variável que se tem de usar termos associados com diferentes gêneros, números ou pessoas. Nestas atribuições, segue o cânone determinado pela palavra sujeito no masculino e outro no feminino, mantém-se o uso no masculino; no plural, se uma palavra concorrer com uma no singular, o verbo ficará no plural; entre sujeitos, se incluírem a primeira pessoa singular. E, na segunda pessoa plural, se entre os sujeitos estiver incluída a segunda pessoa e não figurar a primeira singular.

Reconhecemos que essas regras são gerais, para rigor, teremos de fazer um estudo dos casos particulares mais importantes entre sujeitos e atributos.

Sob um prisma, observamos que os casos de concordâncias sempre atêm ao atributo para a produção escrita, ou por vir de uma imperfeição oral.

Cabe destacar que, na construção gramatical de sínese, esta, ao ser sintática dando mais importância ao sentido do que à perfeição da forma, constitui a silepse. Ainda assim, ao ser uma figura de sintaxe pela qual as palavras concordam na frase a outras ainda mais complexas, faz-se segundo o significado e não de acordo com as categorias gramaticais como “Vossa Senhoria é sábio em suas decisões”; enquanto que na retórica emprega-se a palavra no sentido próprio e no figurado, ao mesmo tempo.

Os aspectos de concordâncias estabelecem que certos termos devem concordar com outro em gênero, número e pessoa. Nesse aspecto, percebe-se clareza na forma perfeita da oração, mas nas formas imperfeitas os elementos sintáticos tornam essa estrutura complexa.

Pode-se optar pela ruptura de uma oração perfeita para transformar em imperfeita. Esse exemplo se faz pertinente haja vista os latinos usarem a perfeição das belas artes e não as imperfeições. A sínese consiste em “fazer concordância de uma palavra não diretamente com outra palavra, mas com a ideia que esta sugere”. (SAID ALI, 1931, p. 64)

Nos casos particulares de concordâncias em construções do português dos dias atuais, o artigo, o adjetivo, o pronome, o adjunto ou quantitativo, ao ser comum a dois ou mais substantivos, antepõe-se o primeiro substantivo.

Said Ali descreve os casos de concordâncias particulares e pormenoriza ao dizer que o substantivo precedido de um outro, um ou outro, no singular, explícito ou implícito, com o respectivo verbo enunciado depois do sujeito, usa-se no singular ora no plural. A preferência é o uso do verbo no plural como em “Um e outro fizeram seis palestras e requerimentos”, dando a ideia de duas ou mais pessoas praticantes da ação. Com o verbo, o substantivo masculino é empregado com mais frequência no singular. E, para designar coisas diferentes, o verbo no plural. No caso da forma negativa *nem um e nem outro*, ocorre verbo no singular.

Cabe destacar que em uma série de sujeitos separados entre si pela conjunção adverbial *nem*, seguida por pronome indefinido (alguém, outrem, ninguém, alguém, outro e nenhum) referido ao substantivo homem, o verbo que segue é empregado na terceira pessoa do singular de acordo com o outro termo da sequência frasal ao dizer que “Nem eu, nem ninguém tem anos nem dias felizes”. Todo sujeito e verbo, após essas partículas, costuma ser

colocado no singular, como nos casos de “Nem cão, nem gato, nem porco, nem bicho do mato chegou a pôr-lhe boca”.

Se a forma negativa termina por alguns dos..., nenhum dos..., alguns dos outros..., nenhum dos outros..., o verbo toma a forma do plural, ou a do singular se o indiferente vier seguido de preposição mais artigo mais pronome. Ficará, nesse caso, o verbo na primeira ou na segunda pessoa do plural se entre sujeitos houver algum dos pronomes: eu, nós ou tu e vós ao dizer uma sequência que “Tu, nem algum dos homens não me podeis dar mais do que tens”.

Quando ocorre uma série de sujeito, cuja ação se nega, constituída por substantivos referentes a seres animados, pronomes de primeira e segunda pessoa exigem verbo na segunda pessoa do plural.

Algumas vezes coloca-se o sujeito mais próximo do verbo e este concorda com o nome. Com efeito, ao analisar uma oração nessa estrutura, compreendemos que o verbo concorda com o sujeito mais próximo do verbo posposto.

Quando há dois sujeitos no singular ou no plural, emprega-se a conjunção copulativa *e*, a ponha com, a fim de tornar mais clara a participação simultânea e por igual dos diversos sujeitos no mesmo ato, o verbo que preceder irá para o plural como em “Carlos com Ana se foram logo da cidade”. Reconhecemos que Camões, em *Os Lusíadas*, serviu-se dessa concordância para usar o verbo no singular. E outros autores recorreram à conjunção aditiva *e* para substituir *com*.

Entendemos que se faz a concordância com o primeiro sujeito se o verbo se achar imediatamente posposto a ele com os coparticipantes, ao dizer que “Tu deves de ir também com ter armado espera-o em cilada”.

Said Ali reiterou que o uso do verbo *ser* é duvidoso, pois denota equivalência quando é usado entre dois substantivos de número diferente. Porém, sendo um nome no plural significando *povo*, emprega-se o verbo no singular por denotar *gente* de forma clara ou implícita, mas no plural se ele vier seguido de um nome no plural.

Nas locuções *é muito*, *é pouco*, *é mais de*, *é menos de*, *é tanto* junto à especificação de preço, peso, quantidade e medida, usa-se o verbo no singular.

Nas orações interrogativas diretas ou indiretas, iniciadas pelos pronomes interrogativos absolutos *quem*, *que*, *o que*, o verbo *ser* concorda sempre com o nome ou o pronome que o segue. Mas com os pronomes indefinidos ou demonstrativos *tudo*, *isso*,

aquilo, o verbo *ser* e substantivo no plural, o verbo é empregado na forma plural, como “São estas leis da cidade de São Paulo infalíveis”.

Todavia, o pronome *tudo* tem inversão, a oração que começar com o verbo *ser* fica no plural, como em “Era tudo pequeno” ou “Era tudo memória de alegria”, mas, se concorda com o pronome, mantém o verbo no singular em “Tratemos do que cumpre e não seja tudo flores se me não quereis estilos”. Neste caso, o pronome indefinido é sujeito da ação.

Além disso, nas orações em que as estruturas fazem com o verbo *ser*, em que um termo é substantivo e outro pronome pessoal, o verbo concorda com o pronome pessoal do caso reto, com o pronome *eu* e *tu*, e pronome da terceira pessoa no plural.

No caso de sujeito da oração sendo pronome relativo, o verbo concorda com o termo antecedente, sujeito ou objeto de outra oração que a constitui.

O pronome que é antecedido por um pronome demonstrativo, o verbo da oração adjetiva é empregado geralmente na terceira pessoa. Com as formas *os* e *as*, emprega-se, contudo, o verbo na primeira ou na segunda pessoa do plural para colocar em evidência a pessoa que fala ou a que se dirige a palavra.

Em segundo plano, pode-se entender essa concordância demonstrando aposto do pronome pessoal *nós* e *vós* implicitamente. No entanto, o pronome que sendo “predicado do verbo *ser*, faz-se a concordar com o sujeito deste verbo”. (SAID ALI, 1931, p. 73)

Existe uma praxe de não omitir o pronome demonstrativo se observar quando o sujeito do verbo *ser* for da terceira pessoa. Ou quando o elemento da segunda oração deve concordar com o verbo *ser*.

Nos dias atuais, emprega-se *quem* com o verbo em primeira ou segunda pessoa e na antiga regra emprega-se *quem* em outras orações de outra espécie de verbo na terceira pessoa.

Emprega-se o verbo no singular na oração relativa, seguindo a tradição greco-romana. Mas o adjetivo e o verbo, ao se servirem de atributo ou predicado com a palavra *gente*, escrevem-se no singular. Alguns escritores preferem o verbo no plural, sobretudo pelo número considerável de indivíduos.

Said Ali (1931, p. 82) afirma que o

verbo que tenha por sujeito algum dos dizeres parte, grande parte, a maior parte, tratando-se de muitos seres, usa-se no singular se a expressão fraccionaria se referir a nome colectivo: parte do povo fugiu; a maior parte do exercito morreu de fome. Usa-se no plural, ou também no singular, se a referencia se fizer a um substantivo no plural. A synese aqui é de applicação

frequente e aceita como boa linguagem na gramática do português hodierno. Comparecem-se com o falar actual este exemplo quincentista: ‘os amigos de Antonio parte foram destruidos; pare desbaratados’. (SAID ALI, 1931, p. 82)

O verbo *ser* concorda com o numeral denotado do dia e do mês. Escrevem uma segunda-feira que fora quatro de janeiro de 2010. Mas em horas esse verbo é empregado em pergunta e resposta no plural.

Constatamos, também, que nomes ou pronomes

usados como termos esclarecedores do sentido do sujeito e que o acompanham, quer directamente sob a forma de appostos, que mediante a partícula *ou* significando identidade ou equivalência, não constituem multiplicidade de sujeitos. A concordância se fará com um termo só, que pode ser ou o nomeado em primeiro lugar antes de qualquer termo esclarecedor, ou o equivalente mais próximo do verbo ou adjectivo. (SAID ALI, 1931, p. 85)

Porém, a mesma partícula colocada entre diferentes substantivos, ambos no singular, pode denotar alternativa, perplexidade, incertezas ou dúvida. (SAID ALI, 1931, p. 85)

A concordância será feita no singular se o verbo não se comportar como sujeito. Mas a ação praticada tanto por um como “por outro dos seres expressos pelos substantivos ligados pela conjunção *ou*, enuncia-se pondo o verbo no plural” (SAID ALI, 1931, p. 85). Nessas condições, podem ser substituídos pela conjunção *e*, sem prejuízo de sentido. Usa-se *ou* se enunciar um parenteticamente o caso a outro indivíduo.

A concordância do verbo se fará com um sujeito só. Assim, ao usar ou anteposto de nome idêntico a outro. Se o verbo vier no princípio da oração, é no plural, se vier posposto ao sujeito, é singular.

Segundo Said Ali (1931), ao falar de diversos indivíduos que pertencem à mesma família, seja de monarquias ou dinastias, usa-se o nome próprio no plural como os Cesares, os Filipes, os D. Joãos. Mas, se os nomes forem seguidos por adjectivos ou determinativos, emprega-se no singular ao dizer Henrique III e Henrique IV, João Paulo I e João Paulo II.

O nome próprio no plural é usado metaforicamente para designar indivíduos que têm dotes ou qualidades comparáveis ou semelhantes a indivíduos famosos por tais dotes ou qualidades: os Hercules e os Ciceros, por exemplo.

A concordância faz-se por palavras discursivas ou gênero e número, entretanto, quando há dois substantivos no singular e posposto a eles, a concordância se faz no singular com o último nome, e no masculino se forem nomes de gêneros diferentes.

Segundo Said Ali (1931, p. 88), “a palavra meio, sendo de qualificativo a um nome, toma, como outro qualquer adjetivo, o gênero e o número desse nome. Mas, empregada com o valor de advérbio, como determinante de adjetivo, ela oferece uma das mais curiosas anomalias de concordância”.

A forma invariável, que por via de regra então lhe compete, ocorre sem dúvida na prática; mas, a par dela e com igual ou maior frequência, vêm as diversas épocas da linguagem em funcionalidade à forma variável, ao dar o estranho espetáculo de um advérbio flexionado. “Meio e suas variações têm em tais construções ora o sentido de ‘um tanto’, ‘em parte’, ora de ‘quase’ (no caso, por exemplo: meio morto, ou entravam meios-mortos pela cidade”.

(SAID ALI, 1931, p. 88)

Porém, a palavra *meio* em fazer concorda com o gênero, surgiu com todo posposto ao novo, mas “quando observamos em um ser duas qualidades, atributos, ou condições que se contradizem, e queremos significar a incerteza de nosso juízo, antepondo a cada um dos dois adjetivo (ou substantivo que fazem as vezes de adjetivos)”. (SAID ALI, 1931, p. 89).

A palavra *meio* costuma deixar de fazer a concordância, como “Eram línguas e meias. Meias línguas, porque era meios europeas e meio indianos, porque era meio políticos e meios bárbaros”, (SAID ALI, 1931, p. 89). Mas, em concordância com dor, usa-se *meia dor*, *meia* por aquela relacionar com o feminino dor.

Quando o verbo que se enuncia estiver depois do sujeito composto ou sujeito múltiplo, no singular associado pela copulativa, pode ocorrer a concordância no plural ou singular, mas a mais usada é no plural. Ocorre com mais frequência quando os sujeitos são nomes abstratos e o segundo termo serve de complemento, esclarecer ou reforçar o sentido do primeiro. Com entidades distintas, ou coisas personificadas, os termos abstratos pedem o verbo no plural.

Para Said Ali (1931, p. 90), se o verbo denota atos que ocorrem sucessivamente com os diferentes sujeitos, usa-se no plural. Mas, se são sujeitos diversos no singular pessoas, animais ou alguns conceitos perfeitos definidos e distintos uns dos outros, o verbo posposto ao sujeito é feito no plural.

Numa série enumerada de sujeitos ligados pela conjunção *e*, “se emprega recapitulativamente a palavra tudo, o verbo que se segue toma a forma do singular,

concordando sómente com este termo recapitulativo”. Ao dizer “os campos, as flores, as aves, os rios, tudo nos serve de jogo inocente”, uma frase que expressa bem a ideia desse fato. (SAID ALI, 1931, p. 90)

Com os substantivos abstratos, sendo considerados entidades distintas ou coisas personificadas, o verbo é usado no plural. Entretanto, com o verbo *ser*, o atributo é empregado no plural por ter um substantivo no plural. Ao dizer que “Pontos, coros e os mesmos comparsas, tudo eram parentes ou amigos íntimos”, a palavra *tudo*, segundo Said Ali (1931, p. 91), “refere-se a um número considerável de indivíduos que temos em mente; o verbo nem por isso deixa de conserva-se no singular”.

Se diversos sujeitos forem ligados pela conjunção *e*, “e sendo estes nomes de pessoas diferentes, o verbo se usa geralmente no plural” (SAID ALI, 1931, p. 91). Mas, se o substantivo precedido de *e* se usa a modo de explicação parentética, generalização ou especialização, ele não influirá na concordância.

O uso do verbo no singular concorda apenas com o nome mais próximo. No entanto, quando o sujeito posposto ao verbo se refere a coisas ou nomes abstratos por analogia, usa-se o verbo no singular.

Já com sujeitos denotando coisas concretas, usa-se no plural se iniciar a frase, ou oração com verbo; contudo, se o verbo vier posposto ao nome, relaciona-se com o último nome.

Segundo Said Ali (1931, p. 92), emprega-se o verbo no plural quando a cada um dos sujeitos pospostos se segue um complemento verbal diferente para cada caso e se faz uma pausa depois do verbo comum; às vezes indicada pela pontuação “Para dizer deste modo receberam Ícaro o prêmio da sua fé, e sem dar o castigo do seu pecado”.

Empregam-se as frases é “de ver, é para ver, é de reparar com o verbo *ser* no singular quando antepostas ao substantivo, ainda que este se encontre no plural. São frases estereotipadas resultantes de é coisa de ver, é coisa para ver, como a princípio de diria” (SAID ALI, 1931, p. 93), “Que é muito de reparar que estes anjos eram de ver porque vestiam várias cores e roupas muito ricas”.

Porém, o “verbo *haver*, no sentido de existir, emprega-se no singular ainda quando se referir à existência de muitos seres expressos por um substantivo, alguns autores escrevem orações existenciais com o verbo *haver* no plural. Esta forma alterava com o singular na

linguagem oral daquele tempo.” (SAID ALI, 1931, p. 93), ao dizer que “Se não houvessem boas almas, já o mundo estava acabado”.

Vale ressaltarmos que Said Ali (1931) afirma:

por volta do Século XVI, o tratamento cerimonioso com as referidas expressões Vossa Mercê, etc., começa a ganhar vulto, tornando-se tão importante como o pronome vós. Pede então o bom estilo que se volva, de quando em quando, a este pronome. Resulta d’ahi alternarem não sómente as formas verbaes, mas ainda occorrerem ora vós, vos, vosso, ora lhe, o, a, João de Barros, didicando a Chronica do Imperador Clarimundo a D. João III, escreve nas páginas 180-181: Senhora, veja Vossa Alteza o que manda, pois a isso sou vindo diante de vós, e pois já de mim não tem necessidade, permita beijar-lhe as mãos. (SAID ALI, 1931, p. 95)

No entanto, o autor afirma que o uso de tratamento de “vossa com senhoria, alteza etc., aparece cristalizada em nossa mente como um todo, com um só vocábulo com função de pronome pessoal” (1931, p. 95). Usa-se, assim, o verbo na terceira pessoa do singular em toda oração que tiver por sujeito o termo mercê, senhoria, alteza etc., para a segunda pessoa do plural vós e o verbo na segunda pessoa do plural.

Emprega-se Majestade a grandeza dos monarcas em concordância com o pronome vós e segunda pessoa do plural em concordância com Vossa Majestade e a forma pronominal e verbal na terceira pessoa do singular ao dizer em presença do monarca “Verá Vossa Majestade nos raros e espantosos feitos que estes seus vassallos têm feito”.

Identificamos que *Vossa Majestade* funciona como pronome pessoal, assim como *Vossa Senhoria*, *Vossa Paternidade* etc., usando-se igualmente com o verbo na terceira pessoa do singular e abandonando-se o tratamento de vós. Desde que passou a dar a certas personalidades títulos honoríficos de acordo com sua posição social.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nesta análise, destacamos essas relações que têm as palavras em uma oração ou um período, haja vista que isso se apresenta em gênero, número, pessoa e grau para sua arte de harmonizar a construção frasal, ou seja, frisamos que os casos de concordâncias gerais e particulares seguem o modelo greco-latino em forma canônica e de estilo na construção da linguagem imperfeita.

Finalmente, os casos gerais e particulares de concordância se acreditam que as ocorrências de reflexão propostas na nomenclatura gramatical tomadas pela consciência de crítica, ao erguer, levantar a firmeza da língua ao fundar, instituir a língua em normas de concordância geral e casos particulares idiomáticos para o registro de uma pesquisa ou jornalística se revestem da língua padrão para seus registros oficiais e ensino na educação básica e superior.

REFERÊNCIAS

ALTMAN, C. *A pesquisa linguística no Brasil (1968-1988)*. 2ª ed. São Paulo: Humanas/FFLCH/USP, 2003.

BASTOS, N. M. O. B.; PALMA, D. V. (Orgs.). *História Entrelaçada: a construção de gramáticas e o ensino de língua portuguesa na primeira metade do século XVI ao XIX*. Rio de Janeiro: Lucerna, 2004, pp. 9-24.

BASTOS, N. M. O. B.; PALMA, D. V. (Orgs.). *História Entrelaçada 2: a construção de gramáticas e o ensino de língua portuguesa na primeira metade do século XX*. Rio de Janeiro: Lucerna, 2006, pp. 9-15.

BECHARA, E. *Moderna gramática portuguesa*. 37ª ed. rev., ampl e atual. Conforme o Novo Acordo Ortográfico. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2009.

CHEDIAK, A. J. *Nomenclatura Gramatical Brasileira e sua elaboração* (Org). Rio de Janeiro: Compositora Gráfica Lux Ltda., 1960.

HACKEROTT, M. M. S. As lições de Said Ali (1861-1953): Uma abordagem historiográfica. In: BASTOS, N. M. O. B.; PALMA, D. V. (Orgs.). *História Entrelaçada 3: a construção de gramáticas e o ensino de língua portuguesa na segunda metade do século XX*. Rio de Janeiro: Lucerna, 2008, pp. 19-45.

KOERNER, E. F. K. *Practicing Linguistic Historiography: Select Essays*. Amsterdam & Fihiladelfia: John Benjamins, 1989.

SAID ALI, M. *Grammatica histórica da Lingua Portugueza*. 2ª edição melhorada e aumentada de Lexeologia e Formação de Palavras e syntaxe do Portuguez Historico. São Paulo: Edittora-proprietaria Compl. Melhoramentos de São Paulo, 1931.

SAID ALI, M. *Dificuldades da Língua Portuguesa: estudos e observações*. 5ª ed. prefaciada por Serafim da Silva Neto; estabelecimento do texto, revisão, nota e índices por Maximiano de Carvalho e Silva. Rio de Janeiro: Acadêmica, 1957.

ABSTRACT

This paper discusses the analysis of the cases of general and specific agreements on *Grammatical histórica da Língua Portuguesa*, Said Ali. And we aim to raise elements that must agree with the subject, and ascertain at what point the attribute agree in gender and number with the noun. We present the case study of concordance for teaching in Portuguese Language classes under the focus of Linguistics History. This for your occasion, consists of study in cases of concordance of the first half of the twentieth century. Perpectiva this, we work with Grammatica Historical, noting the general rule of private agreement and to relate them to discussions permeated in our society today.

Key words: General and particular cases of concordances. Parts of speech. Subject. Predicate.

Envio: Agosto/2012

Aprovado para publicação: Outubro/2012